

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 12ª A VARA CÍVEL DA
COMARCA DE RECIFE, ESTADO DE PERNAMBUCO

Processo n.º 0068222-80.2023.8.17.2001

BEZERRA DE MENDONÇA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, já qualificada nestes autos, na condição de Administradora Judicial nomeada pelo MM. Juízo, vem, por intermédio de seu representante legal ao final assinado, perante Vossa Excelência, nos autos da RECUPERAÇÃO JUDICIAL em tela, que fora requerida pela CONSTECH ENGENHARIA LTDA, apresentar o presente RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÕES PROCESSUAIS.

I. MOVIMENTAÇÕES A PARTIR DE 10/11/2023

1. Para melhor acompanhamento das movimentações processuais pelo MM. Juízo, Ministério Público, credores, devedora e demais interessados, passa-se a listar os acontecimentos de relevância destes autos, observados a partir do dia 10/11/2023, em atendimento ao disposto no art. 3º da Recomendação nº 72/2020 do Conselho Nacional de Justiça, adotando-se como marco inicial desta análise o último Relatório de Movimentações Processuais, apresentado no ID 150174291. Destaca-se que o lapso

temporal desde o último relatório de movimentações processuais foi maior do que o usual devido a um equívoco, tendo sido juntado em Janeiro (ID 158071389), o mesmo arquivo já apresentado em Novembro/2023 (ID 150174291).

2. **Pedido de Habilitação de Crédito pela POLIMIX:** No dia 10/11/2023, a POLIMIX solicitou a habilitação de seu crédito (ID 151169552), apresentando a documentação exigida pelo art. 9º da Lei 11.101/05, incluindo notas fiscais e comprovantes de recebimento. Este Administrador Judicial informa que, embora o crédito já esteja listado, caso exista desacordo com o valor indicado, o credor deve promover um incidente de habilitação de crédito.

3. **Manifestação sobre Habilitação de Crédito:** Este Administrador se manifestou no processo (ID 151493632) opinando que o credor POLIMIX CONCRETO LTDA seja intimado, através de suas advogadas, para ajuizar a competente ação de Impugnação de Crédito, conforme art. 8º da Lei 11.101/2005, e sugerindo o desentranhamento do petitório ao ID 151169561 para evitar tumulto processual.

4. **Relatório Mensal de Atividades:** Foram juntados os Relatórios Mensais de Atividades referentes aos meses de Agosto e Setembro (ID 152366829 e 152490173), mantendo o judiciário e as partes interessadas informadas sobre o andamento da recuperação judicial.

5. **Decisão sobre Participação em Licitação Pública:** Este D. Juízo decidiu que o pedido de autorização para participação em licitação pública perdeu objeto, uma vez que a apresentação do plano de recuperação já foi realizada, removendo qualquer impedimento para a participação da recuperanda em certames licitatórios. Ademais, foi determinada a inclusão dos credores que já se apresentaram nos autos como interessados. Nesta mesma decisão, o Administrador Judicial foi intimado para viabilizar a publicação de edital contendo a segunda relação de credores e para cientificar os credores sobre o recebimento do plano de recuperação, estabelecendo prazo para manifestação de

eventuais objeções. Ainda houve o arbitramento dos honorários deste Administrador Judicial em 2% do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial, considerando a capacidade de pagamento da devedora, a complexidade do trabalho e os valores de mercado.

6. **Reiteração de Pedido pela Recuperanda:** Em 12/12/2023, a recuperanda reiterou o pedido de alvará para participação em processo licitatório, sob ID 155036657, anexando decisão liminar proferida em sede de mandado de segurança, na qual a Recuperanda não fora admitida a participar de processo licitatório, pela ausência da apresentação do plano de credores homologado.

7. **Juntada de Documentação e Sugestões para Procedimentos Futuros:** No dia seguinte (13/12/2023), este Administrador juntou petição (ID 155234089) com o quadro-resumo e a 2ª Relação de Credores, sugerindo a expedição do edital conforme o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005, e a publicação de edital sobre o recebimento do Plano de Recuperação Judicial.

8. **Publicação de Editais e Expedição de Alvará:** No despacho judicial ID 155704978, foi atendida a solicitação da recuperanda (ID 155036657), no sentido de determinar a expedição do alvará autorizativo para participação de processos licitatórios, independente da homologação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ). Na mesma ocasião foi determinanda a publicação dos editais referentes à 2ª relação de credores e ao aviso de recebimento do PRJ, com prazo de trinta dias para manifestações, edital o qual foi publicado sob ID 156362117, e posterior publicação no DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO (cuja publicação efetivamente se deu no DJE Nº 2/2024, em 03/01/2024, às fls 66/67 – informado nos autos com a juntada da certidão de ID 156896723).

9. **Relatório Mensal de Atividades:** Este Administrador juntou o relatório mensal de atividades de Outubro/2023 (ID 156687178), continuando a prática de transparência e diligência na administração do processo.

10. **Autorização para Participação em Licitações Públicas:** Atendendo ao pedido da recuperanda, foi concedida autorização para a participação da CONSTECH ENGENHARIA em licitações públicas, através de expedição de alvará, ID 157325754, independentemente da homologação do Plano de Recuperação Judicial, atendendo ao pleito realizado pela recuperanda sob ID 155036657.

11. **Impugnação de Crédito pelo Banco Santander:** Em 12/01/2024, o Banco Santander, através do incidente processual nº 0003223-84.2024.8.17.2001, apresentou uma impugnação de crédito em desfavor da recuperanda. Nesta impugnação, o credor pleiteia: a) a correção dos créditos habilitados como quirografários, sob o argumento de que o valor devido a ele na Classe III – quirografário, deve ser reconhecido na quantia de R\$ 405.938,30 (quatrocentos e cinco mil, novecentos e trinta e oito reais e trinta centavos); b) pugna pela exclusão do crédito classificado na Classe II - Garantia Real, no montante de R\$ 483.102,71 (quatrocentos e oitenta e três mil, cento e dois reais e setenta e um centavos), que está assegurado por garantia fiduciária com a justificativa que, conforme o art. 49, §3º da Lei nº 11.101/2005, créditos garantidos por alienação fiduciária não estariam sujeitos à recuperação judicial e, portanto, deveriam ser excluídos do Quadro de Credores. O credor enfatiza ainda a necessidade de julgar totalmente procedente o incidente, para que seja realizada a retificação do Quadro de Credores da recuperação judicial reconhecendo o crédito quirografário pleiteado e excluindo o crédito com garantia real, conforme suas alegações. Este pedido detalha a posição do banco quanto à classificação e tratamento de seus créditos no âmbito da recuperação judicial, destacando a importância de uma análise criteriosa e técnica para a correta classificação dos créditos envolvidos.

12. **Pleito do Administrador Judicial para Intimação da Empresa:** Adicionalmente, este Administrador Judicial pugna pela intimação da CONSTECH ENGENHARIA LTDA para que se manifeste sobre a situação relatada acima (processo

distribuído por dependência de nº 0003223-84.2024.8.17.2001}. A intimação tem como objetivo permitir que a empresa, em recuperação judicial, possa se manifestar sobre os pleitos apresentados pelo credor apresentando a documentação pertinente que fundamente sua posição.

13. **Despacho Judicial na Impugnação de Crédito:** No seguimento do incidente processual nº 0003223-84.2024.8.17.2001, relativo à impugnação de crédito apresentada pelo Banco Santander, o magistrado proferiu um despacho determinando o registro da dependência deste incidente ao processo principal de recuperação judicial da CONSTECH ENGENHARIA LTDA, sob o nº 0068222-80.2023.8.17.2001. Esta decisão visa assegurar a correta tramitação e vinculação dos procedimentos judiciais, garantindo a integridade e a eficiência do processo de recuperação judicial. O despacho judicial enfatiza a necessidade de intimar a recuperanda e o Administrador Judicial nomeado, para que, dentro do prazo de cinco dias, apresentem suas manifestações em relação aos termos e à pretensão explicitada na peça de ingresso de ID 157822191. Esta etapa é crucial para o andamento da impugnação de crédito, pois permite que as partes envolvidas apresentem suas argumentações e defesas em relação às questões levantadas pelo Banco Santander, especialmente no que tange à correção dos créditos habilitados e à exclusão de determinados créditos do Quadro de Credores, conforme alegado pelo banco. Este procedimento assegura o direito ao contraditório e à ampla defesa, princípios fundamentais do processo judicial brasileiro.

14. **Manifestação do Administrador Judicial na Impugnação de Crédito:** Este Administrador se manifestou na impugnação de crédito, ID 162549470, relatando a solicitação de documentação à recuperanda para avaliação do crédito impugnado pelo Banco Santander. Até o momento a CONSTECH ENGENHARIA ainda não se manifestou.

15. **Equívoco na Juntada de Relatório Processual:** Em 16/01/2024, foi cometido um equívoco por este Administrador Judicial na juntada do relatório de movimentação

processual idêntico ao de ID 150174291, **solicita-se, portanto**, a desconsideração da manifestação ID 158071389.

16. **Objeção do Banco Santander ao PRJ:** O Banco Santander apresentou objeção ao Plano de Recuperação Judicial (PRJ) sob ID 158791974. O banco criticou o plano proposto pela recuperanda, destacando a inaceitabilidade de condições como prazos de pagamento de 10 anos, deságio de 85% e a aplicação de juros abaixo do mínimo legal, argumentando que tais condições violariam os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, além de comprometer a viabilidade econômica e financeira do plano e insistir na manutenção das garantias originais.

17. **Objeção do Banco do Nordeste ao PRJ:** O Banco do Nordeste apresentou sua objeção ao PRJ sob ID 159411127, apontando ilegalidades no plano proposto, como a previsão de extinção das dívidas anteriores em caso de descumprimento do PRJ, o que contrariaria a legislação vigente. O banco também criticou o prazo de pagamento proposto, considerando-o excessivamente longo e incompatível com as normas para operações de capital de giro do FNE.

18. **Objeção do Banco Bradesco ao PRJ:** O Banco Bradesco apresentou objeção ao Plano de Recuperação Judicial proposto pela devedora, sob ID 159848410. Nessa objeção, o banco solicita que este D. Juízo realize um controle sumário de legalidade sobre o plano apresentado, com o objetivo de declarar a ineficácia ou nulidade de cláusulas específicas que, segundo o banco, seriam absolutamente ilegais e beneficiariam exclusivamente a devedora em detrimento dos direitos dos credores, o que contrariaria o estabelecido pela Lei 11.101/05. Ademais requer a apresentação de um novo PRJ e, caso contrário, o Banco manifestou sua rejeição ao plano atual e pugnou pela convolação do processo de recuperação em falência. Esta medida é justificada pelas alegadas ilegalidades contidas no plano vigente, que, na visão do credor, comprometem a viabilidade da recuperação judicial e afetam negativamente os interesses dos credores.

19. **Pedido de Cadastramento da Caixa Economica Federal:** A Caixa Economica Federal solicitou o cadastramento de seu advogado, Dr. WILSON SALES BELCHIOR (OAB/PE n. 1.259-A), para acompanhamento das movimentações processuais (ID 160023090). Este Administrador Judicial **opina** pelo deferimento do pedido, a fim de facilitar a comunicação e o acompanhamento processual pelo credor.

20. **Pedido de Cadastramento da Polimix:** Da mesma forma, a Polimix solicitou o cadastramento de seu advogado, Dr. ADILSON DE CASTRO JUNIOR (OAB/PR n. 18.435), para acompanhamento das movimentações processuais (ID 160780144). Este Administrador Judicial também **opina** pelo deferimento deste pedido, reforçando a importância da representação legal adequada no processo.

21. **Despacho do Magistrado e Ações Subsequentes:** Em resposta aos opinativos deste Administrador Judicial e às solicitações de cadastramento, o Magistrado proferiu um despacho (ID 160915982) acolhendo as sugestões apresentadas. Foram ordenados o cadastramento dos advogados indicados e a intimação da recuperanda para manifestar-se sobre diversos pleitos, inclusive a apresentação de esclarecimentos solicitados. Ademais, foi informado que o alvará de autorização para participação de processo licitatório já foi expedido (ID 157325754).

22. **Reuniões com Credores Objetantes e Planejamento da Assembleia Geral de Credores:** Em manifestação apresentada por este Administrador Judicial sob ID 162259255 informa-se que foram realizadas reuniões individuais com alguns dos credores que apresentaram objeções ao Plano de Recuperação Judicial, incluindo o Banco Santander e o Banco do Nordeste. Estas reuniões, conduzidas juntamente com a recuperanda, tiveram como objetivo avaliar os pontos levantados por cada credor e discutir os ajustes necessários no plano. Após essa apreciação pela empresa, será decidido se um novo plano será apresentado ou se ajustes serão propostos diretamente na Assembleia Geral de Credores, a qual será marcada oportunamente, após a conclusão das negociações e avaliações mencionadas, garantindo assim que todas as partes interessadas

tenham a oportunidade de contribuir para a formulação de um plano viável e equitativo. Este processo reflete o compromisso deste Administrador Judicial em facilitar um acordo que atenda aos interesses de todas as partes envolvidas, promovendo uma recuperação judicial eficaz e justa.

23. **Relatórios Mensais de Atividade:** Foram apresentados os Relatórios Mensais de Atividade referentes a Novembro e Dezembro de 2023 (ID 162260576), cumprindo com o dever de manter todas as partes informadas sobre o andamento do processo de recuperação judicial.

24. Este relatório reflete o comprometimento deste Administrador Judicial com a transparência, a legalidade e o interesse dos credores e da devedora, buscando promover uma recuperação judicial eficaz e justa para todas as partes envolvidas.

II. CONCLUSÃO

Diante do exposto, este Administrador Judicial respeitosamente vem perante Vossa Excelência para requerer:

- a) **Intimação** da CONSTECH ENGENHARIA para que se manifeste no processo distribuído por dependência sob o nº 0003223-84.2024.8.17.2001.
- b) **Solicitar**, que seja desconsiderada a juntada equivocada do relatório de movimentação processual, realizada em 16/01/2023, idêntica ao de ID 150174291.

É o parecer deste Administrador Judicial, pautado no respeito à legislação e ao interesse dos credores, visando à efetiva recuperação da empresa em questão.

Respeitosamente,

13 de março de 2024

FERNANDO VICTOR BEZERRA DE MENDONÇA

OAB/PE 39.719

